

# A PESQUISA DA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA

## Apreciação Metodológica

*Arno Wehling*

O problema da pesquisa em história militar brasileira pode ser equacionado de diferentes maneiras. Como abordagem preliminar, penso que devem ser considerados três referenciais maiores que, por sua vez, induzirão futuros desdobramentos. Esses referenciais podem ser classificados como histórico-antropológico, historiográfico e teórico-metodológico.

### Referencial histórico-antropológico

Trata-se da questão da presença da história militar em diferentes culturas. Atente-se que referimo-nos não “a existência de fenômenos de natureza militar no processo histórico, mas à presença de algum tipo de consciência reflexiva sobre o tema em determinada cultura. Dito de outro modo, a *percepção* da historicidade, gerando alguma forma de conhecimento histórico.

Nas culturas em que se desenvolveu o conhecimento histórico, o estudo dos fenômenos militares fluiu da concepção geral sobre a própria



Arno Wehling é professor titular de Teoria e Metodologia da História e de História do Direito. Aposentado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor destas disciplinas na Universidade Gama Filho, onde é Diretor do Departamento de História e Decano do Centro de Ciências Sociais, Humanas e Artes.

Doutor e Livre Docente pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós Doutor pela Universidade do Porto, Arno Wehling é ex-professor dos programas de Pós-graduação em Direito e História Social da UFRJ e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas (Mestrado e Doutorado) da Universidade Gama Filho, além de orientador de dissertações de mestrado e teses de doutoramento nestas áreas.

Membro de diversas instituições profissionais e científicas no País e no exterior, o professor Arno Wehling é também Conselheiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além de membro do Conselho Consultivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB).

historicidade, não se constituindo, como também ocorreu com os demais “campos” temáticos, segmento à parte. O que variou historicamente foi o significado atribuído aos fenômenos militares nas diferentes culturas, variação ocorrida em função das especificidades, inclusive os valores de cada uma. Assim, se a escrita da história assumiu em certa época ou cultura o caráter de crônica, tal terá sido também o tratamento dado aos fenômenos militares. Da mesma forma, se em uma determinada época ou cultura o conflito armado pre-

dominou sobre outras formas de relacionamento social, dificilmente o peso relativo dos temas militares no conjunto do conhecimento histórico deixará de refletir-se.

A tradição ocidental mais conhecida permite-nos alguns exemplos. Na cultura clássica, sabemos que o pensamento grego produziu determinadas concepções da história, entre as quais a principal era a do processo histórico desenvolvendo-se ciclicamente, com fases definidas num movimento circular das origens à decadência e repetidas num “eterno retorno”. Nessa concepção a guerra assumiu papel importante, freqüentemente concebida como o ponto de inflexão determinante da passagem de uma fase à outra. Não é o caso, agora, de propormos uma sociologia do conhecimento e perguntar pelas raízes sociais e culturais desta concepção, o que é problema de helenistas. Mas podemos constatar, lendo Herodoto, Tucídides, Xenofonte e Políbio, que a guerra constituiu-se, para estes autores, não só um *leitmotiv* da narrativa, porém efetiva razão para a passagem de uma para outra época histórica, determinando apogeu, hegemonias e decadências.<sup>1</sup>

A historiografia romana, ainda na cultura clássica, deu igualmente significado relevante ao fenômenos militares, integrando-os a seu modelo teleológico do conhecimento histórico, no qual tudo conduziria ao império e à grandeza de Roma. Grandeza que, em Tito Lívio, como nas grandes biografias de Suetônio ou Plutarco, estava intimamente associada aos sucessos militares. Mesmo Tácito, que representa uma reflexão mais crítica em relação à própria história romana e, conseqüentemente, à visão triunfalista de

um Tito Lívio, não fugiu do padrão interpretativo geral, ainda que considerasse negativamente muitas das ações militares romanas<sup>2</sup> (“fizeram um cemitério e chamam a isso de paz”)

Na cultura medieval, o tema do conflito foi influenciado pelo clima de insegurança geral, sobretudo até o século X, e pelas concepções cristãs. Aí também conformou-se à escrita da história sob a forma de crônica. Assim, o tema aparece em Gregório de Tours, o cronista dos francos, e em Joinville, o cronista das Cruzadas. A visão da guerra aparece subordinada às perspectivas bíblicas do Apocalipse e às interpretações providencialistas posteriores. A guerra não era mais, como em Tito Lívio, um instrumento de grandeza, mas um flagelo e um castigo de Deus.

Na cultura do Renascimento ao Iluminismo, época da construção do estado absoluto e do “desencravamento planetário”, as guerras entre estados, as guerras civis e as guerras coloniais estimulam um tipo de percepção do fenômeno que, na consciência histórica, aparece como emblemática de virtudes e exemplos, mas também como uma reflexão para a comparação de procedimentos – foi o primeiro momento de Cannas como modelo do movimento perfeito na batalha, e do legionário romano como aquétipo do soldado. Compreenderemos melhor esta perspectiva se recordarmos a valorização humanista dos padrões da Antiguidade clássica, simultaneamente coincidente com a acentuada expansão do racionalismo filosófico. A admiração pelo modelo clássico conjugado ao espírito científico moderno gerou, em relação ao estudo dos temas militares, como de tantos outros, a

<sup>1</sup> Ver o comentário à explicação de Herodoto sobre povos pobres serem guerreiros e povos ricos não-belicosos, bem como o seu sucesso para explicar uma sucessão “natural” de impérios; Doyné Dawson, *As origens da guerra no ocidente*, RJ, Bibliex, 1999, p. 136.

<sup>2</sup> James W. Thompson, *History of historical writing*, Nova Iorque, Peter Smith, 1967, vol. I, p. 84 ss.

idéia de que a Antiguidade era uma espécie de grande e universal matriz da experiência humana, cujo conhecimento, adaptado às circunstâncias modernas, levaria ao melhor domínio dos atos humanos. No âmbito que agora consideramos, isso acarretou a concepção de que, a partir de um padrão estratégico universal “descoberto” na Antiguidade, poder-se-ia deduzir as variáveis da guerra moderna, adaptando-o às modificações provocadas pelos novos armamentos.

Esse orgulhoso racionalismo sofreria rudes golpes quando, no encontro com outras tradições guerreiras, revelou-se insuficiente para levar seus defensores à vitória: a “guerra brasílica” é o exemplo mais próximo de nós dessa variável determinada pela cultura.<sup>3</sup>

O estranhamento cultural em relação à prática de outra cultura, no campo da guerra, demonstra-se bem no comentário do reorganizador do Exército japonês Takashima, em 1841, referindo-se à guerra européia, particularmente da época napoleônica: “Homens levantando e manipulando suas armas todos ao mesmo tempo e com o mesmo movimento, parecia que estavam participando de alguma brincadeira de criança.”<sup>4</sup>

O referencial histórico-antropológico, portanto, alerta-nos sobre a relatividade do fenômeno da guerra em relação às culturas, bem com à relatividade da consciência histórica em cada uma delas.

Assim como não existe uma categoria atemporal absoluta chamada *guerra*, também não existe um conhecimento histórico unilinear, transversal às diferentes culturas. Neste sentido, é inconcebível uma “história da guerra” linear de

Kadesh a Stalingrado, ou uma “história da historiografia da guerra” de Herodoto a Corvisier, exceto em manuais escolares.

## Referencial historiográfico

A partir da década de 1820, a história, por diferentes razões, começou a constituir-se em campo do conhecimento científico. Em consequência, sua escrita assumiu contornos cada vez mais nítidos de historiografia em seu sentido atual, vencendo formas anteriores como a crônica, a retórica ciceroniana, o romance histórico e a filosofia da história.<sup>5</sup>

Num primeiro momento, que ultrapassa os meados do século XIX e que foi dominado pelo historicismo rankeano, o *leitmotiv* da historiografia era a construção dos estados e as relações interestatais.<sup>6</sup> Nessa história fundamentalmente *política*, os acontecimentos militares tornaram-se aspecto de relevo, à medida que incidiam sobre a problemática do estabelecimento e consolidação dos estados e a convivência entre eles.

Nesse modelo historiográfico, em que se associam frequentemente as influências de Ranke e Clausewitz, a historiografia militar produzia-se em obras próprias ou em temas inseridos na historiografia política, segundo o padrão interpretativo do historicismo. Isso significava a recepção crítica dos estudos históricos anteriores, sem a admissão do *argumento de autoridade*, a crítica das fontes documentais, o estabelecimento dos textos e a interpretação do processo histórico por meio de procedimentos hermenêuticos.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Arno Wehling, Padrões europeus e conflitos coloniais: a questão da guerra brasílica, *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n. 84, 1998, p. 110 ss.

<sup>4</sup> John Keegan, *Uma história da guerra*, Rio de Janeiro – São Paulo, Bibliex – Cia. das Letras, 1996, p. 26.

<sup>5</sup> Arno Wehling, Filosofia, metodologia e teoria da história: uma delimitação pelas diferentes origens, in *A invenção da história*, Rio de Janeiro, UGF-UFF, 1994, p. 55 ss.

<sup>6</sup> Leopold von Ranke, *Düßer der Verwandtschaft Geschichte-Politik*, in Wolfgang Hardtwig, *Über das Studium der Geschichte*, Munique, DTV, 1990, p. 47 ss.

<sup>7</sup> Os passos da hermenêutica historista estão analisados em Arno Wehling, Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica, in *A invenção...*, op cit, p. 110 e *Estado, história e memória – Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 50 ss.

Os temas militares subordinavam-se a dois tipos de inserção nessa historiografia: a da “história batalha” *tout court*, quando a descrição e a análise giravam em torno dos eventos propriamente ditos, de que talvez seja mais emblemática a bibliografia sobre Waterloo<sup>8</sup>; e a da história militar no contexto da história política, a qual acabava por tornar-se, dada à preeminência muitas vezes dada àqueles temas, ela própria uma “história batalha” *lato sensu*. A esta aceção referia-se a crítica de Lucien Febvre contra a “história batalha”, ou seja, uma história de acontecimentos políticos fortemente dimensionada pelos eventos militares. A própria obra de Ranke, em muitos aspectos, pode ser considerada neste quadro, como no Brasil as de Varnhagen, Rio Branco e Calógeras ou na Argentina a de Bartolomeu Mitre.

Essa historiografia não se realizava apenas no terreno da ciência, como alguns de seus cultores acreditavam, mas contribuía poderosamente para a construção da memória nacional dos respectivos países, com a identificação de alguns “lugares” emblemáticos, como campos de batalha, a construção de um *pantheon* de heróis da pátria e uma pedagogia social desenvolvida nas escolas e fora delas.<sup>9</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, a tendência historista, conquanto permanecesse forte em alguns setores da historiografia, sobretudo a própria história militar, foi substituída pela nova inflexão cientificista, caracterizada pelo evolucionismo, pelo positivismo e, pouco mais tarde, pelo marxismo. Derivada da epistemologia newtoniana, a historiografia do cientificismo, preocu-

pada com o encontro de leis sociais e com o uso de métodos emprestados às ciências naturais, deu importância relativamente menor ao estudo dos fenômenos militares. Isso se devia, em parte, às convicções doutrinárias dos evolucionistas spencerianos, que consideravam a guerra um resquício bárbaro das “sociedades militares”, que seriam gradativamente substituídas com o desenvolvimento do processo histórico, pelas “sociedades industriais”, cujo requisito de existência seria a paz. Reforçavam essa posição as teses positivistas, cujos autores, acompanhando Comte e Littré, consideravam igualmente a guerra característica das etapas anteriores da história, a teológica e a metafísica, esta intermediária e preparatória da fase “positiva” ou “científica”, na qual os povos, organizados em “pequenas pátrias” e não em grandes nações, dispunham para suas necessidades de segurança apenas gendarmarias e não exércitos.<sup>10</sup>

Ao longo do século XX, com o desenvolvimento, por diferentes razões, da história econômica, da história social e mais recentemente da história cultural, a história política, e com ela a militar, sobretudo na historiografia francesa e em sua área de influência, tornou-se periférica. Ela estudaria, num plano superficial, fenômenos de superestrutura “determinados” em diferentes graus pelas estruturas socioeconômicas. Nesta história de epifenômenos se situaria a história-batalha de Febvre, epifenômeno de um epifenômeno.

O estudo da guerra, fora de uma perspectiva de história militar, ficou reduzida a setores da sociologia e da ciência política, como o de-

<sup>8</sup> De que fez o melhor estudo, deste ponto de vista, A. Grouard, inclusive submetendo à crítica autores anteriores dominados por doses fortes de nacionalismo; A. Grouard, *La critique de la campagne de 1815*, Paris, 1904-1907.

<sup>9</sup> Arno Wehling e Maria José Wehling, Memória e história. Fundamentos, convergências, conflitos, in Arno Wehling e Maria José Wehling (org.), *Memória social e documento*, Rio de Janeiro, UNI-RIO, 1997, p. 11ss. Anne Marie Thiesse, *La création des identités nationales, Europe XVIIIe.-XXe. Siècle*, Paris, Seuil, 1999, p. 140.

<sup>10</sup> “a guerra não pode ocorrer senão para a Pátria, enquanto que o trabalho não se torna sistematizável senão em função da humanidade. Todas as cidades são naturalmente rivais na era militar... ao contrário, o estágio industrial as faz espontaneamente convergir.” Auguste Comte, *Système de politique positive*, Paris, Sociedade Positivista, 1929, vol. IV, p. 323.

monstram os trabalhos, ainda na França, de Bouthoul e de Raymond Aron<sup>11</sup>. A própria história militar reduziu-se, em grande parte do século XX, a estudos que se enraizavam na tradição historicista do século anterior.

Com a retomada da história política, em outras bases metodológicas, a partir de pesquisas inspiradas em Weber e Foucault, redimensionando sua problemática, entre outros aspectos pela discussão do problema do *poder* e não apenas do *estado*, por um lado, e com a revisão da própria história militar, como o demonstram os estudos de Corvisier e Keagan, por outro, ficam em aberto questões e caminhos de investigação que podem revelar-se extremamente fecundos.

## Referencial teórico-metodológico

Tomando em consideração os dois referenciais anteriores, a questão metodológica proposta neste artigo será organizada em função de aspectos *epistemológicos*, *ontológicos*, *metodológicos* propriamente ditos e *historiográficos*.

No primeiro caso, dois parecem ser os problemas principais de natureza epistemológica.

Em primeiro lugar, devemos saber de que epistemologia nossa construção intelectual procede. Se pensamos em “fatos” reificados e numa realidade que compreende, à Durkheim, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais com dimensões próprias e que correspondem à “natureza das coisas” (quando poderiam ser, por exemplo, meros modelos aproximativos), então estaremos vinculados às posições cientificistas, particularmente ao positivismo e em última análise ao

referente geral da epistemologia newtoniana e da filosofia idealista, cartesiana ou empírica.

Se, ao contrário, pensamos que a “realidade” flui de nosso instrumental de observação (teorias, métodos, instrumentos) e que é intelectualmente “construída”, passando a viver num determinado “campo” científico – a sociologia, a antropologia, a física, a história ou suas interseções nos procedimentos interdisciplinares –, e, ainda, que a pesquisa consiste na construção e reconstrução permanente de problemas e não no encontro de explicações ou leis definitivas, então estaremos vinculados ao referente geral da epistemologia contemporânea, sobretudo a partir das “revoluções copernicanas” da física de Planck, Einstein e Heisenberg e seus desdobramentos na filosofia da ciência e no conhecimento científico em geral.<sup>12</sup>

Essa questão é de fundamental importância para qualquer historiador, não no sentido de provocar uma definição doutrinária, mas no de despertá-lo para aspectos de natureza epistemológica, com profundos desdobramentos metodológicos, que o levam a aguçar o senso crítico e refinar seus procedimentos de análise, como, por exemplo, quando o historiador se defronta com a utilização de conceitos, categorias e modelos explicativos da “realidade”.

Outra questão de âmbito epistemológico, comum à história militar e outros saberes de fronteira, como a história do direito, da economia ou da arte, é a do *critério de abordagem*. Trata-se de um enfoque histórico, que leve em conta contexto (social, cultural, material) e conjuntura (recorte temporal), recuperando os fenômenos estudados em sua inserção histórica, ou de um enfoque militar

<sup>11</sup> Lamentando a ausência do estudo sistemático da guerra e ao propor um novo campo para seu estudo, o da polemologia, dizia Bouthoul há quase meio século: “Somos vítimas da pseudo-evidência da guerra e sobretudo de seus motivos... em nossos dias a mentalidade mágica, enfim expulsa das ciências físicas, refugiou-se nos assuntos sociais”; Gaston Bouthoul, *La guerre*, Paris, PUF, 1953, p. 119. Também Aron propôs o seu estudo, articulado ao das relações internacionais; Raymond Aron, *Paz e guerra entre as nações*, Brasília, UNB, 1980.

<sup>12</sup> Arno Wehling, *Os níveis da objetividade histórica*, Rio de Janeiro, APHA, 1974, p. 25 ss; Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 10, 1992, p. 35 ss.



(estratégico, doutrinário), como poderia ser jurídico ou econômico? No primeiro caso há um esforço pelo *relativismo*, destacando sua diferença em relação ao outro – que é o observador e nós. No segundo, comportamo-nos na interpretação ou na explicação como se os elementos do passado possuísem o mesmo significado e a mesma inserção cultural que têm em nosso presente, independente de época. A guerra, como a economia ou a forma estética seriam “substancialmente” as mesmas em qualquer época, o que trai um suposto antropológico ou mesmo filosófico: existe uma natureza humana que se repete intemporalmente. Referindo-se à economia, dizia o historiador Pierre Chaunu que no primeiro caso teríamos uma história econômica, no segundo uma economia retrospectiva, o que altera inteiramente os termos da questão. Analogamente, teríamos nos temas militares não uma história militar, mas uma estratégia/doutrina retrospectivas, o que gera frutos perigosos, como um historicismo ingênuo que faz a “humanidade” avançar por “fases” progressivamente “melhores” ou pelo menos “mais aperfeiçoadas”. Não se critica aqui o julgamento de valor embutido neste raciocínio – afinal todos temos, como seres humanos e cidadãos, valores e visões de mundo – mas sua aplicação num processo intelectual (a pesquisa histórica) para o qual nada acrescenta, antes confunde.

Num outro plano, o ontológico, podemos perguntar qual é o objeto que se estuda numa história militar. Trata-se efetivamente da história-batalha, como criticava Lucien Febvre na história política? Nesse caso, a batalha seria um ponto de inflexão histórico, consolidando a sociedade, grupo, ou estado vencedor e encerrando a participação dos vencidos no processo. Essa versão cara ao historicismo tem sua contrapartida diplomática nos tratados, cuja conclusão teria o mesmo sentido

histórico da batalha, de confirmar uma ascensão ou queda e sua expressão vulgar nos compêndios, que expulsam da “história” o Egito após a derrota de Psamético para Cambises, ou os persas após as vitórias de Alexandre, ou os holandeses depois da guerra com Cromwell.

Ou o objeto será outro, como a guerra? Nessa hipótese, amplia-se forçosamente a dimensão do problema, já que a polissemia do conceito envolve uma grande tipologia de conflitos (guerra clássica, guerrilha, guerra química e biológica, guerra civil, guerra econômica, guerra indireta, guerra naval, guerra popular, guerra santa, diz o Dicionário de Corvisier)<sup>13</sup>, que por sua vez levam forçosamente a interfaces com outros aspectos e outras tantas disciplinas: das sociedades, das estruturas de poder, das relações econômicas, da vida intelectual e das mentalidades. A batalha, neste caso, será efetivamente a ponta de um iceberg, a partir da qual – mas não apenas dela – o historiador poderia estudar o fenômeno da guerra, ou inversamente, poderia estudar o desenrolar de um processo, localizando-a como um *événement* numa vasta série de elementos entrecruzados.

No campo metodológico propriamente dito, a opção por uma ou outra fundamentação epistemológica, por este ou aquele objeto, gera conseqüências diversas. Limitemo-nos, por questão de espaço, ao segundo aspecto.

Optar pela *história-batalha* implica na utilização praticamente exclusiva da história política em seu sentido tradicional, associada a acontecimentos da evolução do estado, inclusive sua diplomacia. Tal posição reflete-se também, como não deixaria de ser, sobre os procedimentos de análise das informações e sobre a busca, seleção e uso das fontes, privilegiando temas como o da atuação das lideranças militares e das manobras nas bata-

<sup>13</sup> André Corvisier (dir.), *Dictionnaire d'art et d'histoire militaires*, Paris, PUF, 1988, p. 398 ss.

lhas. Há também, com certa frequência, a interferência de aspectos político-ideológicos, como a interseção do discurso patriótico e/ou nacionalista, para “julgar” este ou aquele desempenho.

Optar pela problemática da *guerra* implica não no abandono, como irrelevante, da perspectiva anterior, mas na sua consideração dentro de um conjunto muito mais amplo de variáveis incidentes sobre os conflitos.<sup>14</sup> Assim, ao pensar a guerra como um conflito pluridimensional, na senda aberta por Bouthoul e Aron, os historiadores vêm trabalhando com múltiplas interfaces. Para lembrarmos apenas das mais freqüentes, presentes na historiografia contemporânea do tema na França, Inglaterra e Estados Unidos, podemos citar os seguintes temas/problemas: relações Exército/Forças Armadas X sociedade; estrutura institucional e administrativa das Forças Armadas; o *locus* institucional das Forças Armadas no estado; os diferentes tipos de guerra, já mencionados; a Opinião Pública e As Forças Armadas; as fortificações; a evolução da ética militar; a estratégia; a batalha; a logística; a formação militar; a motivação para a guerra etc.<sup>15</sup>

O próprio enunciado dos temas/problemas já assinala a natureza profundamente interdisciplinar desta “nova” história militar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia. Como estudar, por exemplo, a inserção institucional das Forças Armadas em determinada época na estrutura do estado, assinalando sua especificidade em relação a conjunturas anteriores

e posteriores, sem utilizar conceitos, categorias e procedimentos da própria história política, da ciência política e talvez da filosofia política?

Essa interação, atualmente, é típica da ciência histórica e talvez por isso ela tenha se tornado um dos campos mais interdisciplinares na área das ciências sociais. Não poderia e não deveria ser diferente na área da história militar.

No caso específico da história militar brasileira, deve ser lembrada a urgente necessidade, se se deseja consolidar a pesquisa na área, de estimular a coleta sistemática de dados nos arquivos. Aquilo que fizeram os historiadores do século XIX e da primeira metade do século XX, de Varnhagen a Jonatas Monteiro e Tasso Fragoso, teve apenas escassa continuidade posteriormente. Não é possível produzir conhecimento em história sem o uso exaustivo das fontes documentais, e uma das limitações atuais da historiografia militar brasileira é o uso de documentos descobertos e trabalhados há duas ou mais gerações.

Ao lado da renovação da problemática científica, e até devido a ela, é indispensável o retorno aos arquivos.

Por último, deve ser lembrado o papel atribuível à história da historiografia numa seara do conhecimento histórico: o de aperfeiçoá-lo, aprimorando pela crítica o uso dos conceitos, a construção dos problemas, a lógica do argumento e o emprego da documentação. Conhecer a história da historiografia militar, como de toda a historiografia, é condição para o aperfeiçoamento deste campo do conhecimento, já que “a história de uma ciência é o campo de sua epistemologia”.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> John Keegan assinalou algumas opções, a partir de uma revisão da história da historiografia militar de como seria possível “ampliar o estudo da batalha”, aplicando seu procedimento metodológico às batalhas de Azincourt, Waterloo e Somme; John Keegan, *A face da batalha*, Rio de Janeiro, Bibliex, 2000, p. 74. Numa outra linha o precursor da história das mentalidades, Georges Duby, também estudou a batalha de Bouvines; Georges Duby, *Le dimanche de Bouvines*, Paris, PUF, 1992.

<sup>15</sup> Temas presentes no Dicionário dirigido por André Corvisier; ver também Salustiano Moreta et alii, *La guerra en la historia*, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1999, com o estudo de temas como guerra e sociedade; guerra e fronteiras; milícia, estado e sociedade; guerra e imagem do rei absoluto; guerras civis no contexto do liberalismo hispano-americano; natureza da guerra colonial; e guerra total no século XX.

<sup>16</sup> Georges Canguilhem, *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, Vrin, 1979, p. 12.